

Relatório

Aos 12 de Março de 2010, o Conselho de Disciplina da Federação Equestre Portuguesa, enviou nota de culpa à cavaleira Maria Jesus Vidinha Porto, acusando-a em síntese, da prática dos seguintes factos:

I – ACUSAÇÃO:

1. No dia 20 de Junho de 2009, a **Arguida** participou no CN 15º Jornada, competição de horseball, organizada sob a jurisdição da Federação Equestre Portuguesa.
2. A esta competição são aplicáveis todos os Regulamentos da Federação Equestre Portuguesa, nomeadamente, o Regulamento de disciplina.
3. A competição de horseball decorreu no Centro Hípico Quinta da Beloura e participaram no jogo as Equipas da Quinta de Santo António e do Colégio Vasco da Gama.
4. Decorridos cerca de oito minutos da segunda parte do jogo, na sequência de um desentendimento relativamente à arbitragem, a **Arguida** dirigiu-se à árbitra Inês Filipa Santos proferindo as seguintes palavras em tom ameaçador: “*Mas o que é isto? Vais dar cartão? Dá lá, dá lá*”.
5. As palavras referidas no artigo antecedente foram proferidas pela **Arguida** com a sua cabeça encostada à cabeça da árbitra Inês Filipa Santos.
6. Na sequência deste comportamento, revelador de desobediência, ameaçador e intimidatório, a árbitra Inês Filipa Santos atribuiu um cartão amarelo à **Arguida**.
7. Subsequentemente, os demais jogadores da Equipa da Quinta de Santo António cercaram a árbitra e contestaram a aplicação do cartão amarelo à **Arguida**.
8. Sendo que, um dos cavaleiros da Equipa, Rui Vidinha Porto, se dirigiu à árbitra Inês Filipa Santos e a abalroou com o seu cavalo.
9. Como consequência do comportamento referido no artigo 8º, a árbitra atribuiu um cartão amarelo ao referido cavaleiro.
10. A **Arguida** e o cavaleiro Rui Vidinha Porto injuriaram e ameaçaram a árbitra e continuaram a abalroa-la com os seus cavalos, pelo que esta viu-se obrigada a aplicar o segundo cartão amarelo e a expulsar ambos do jogo.

*GABINETE DE INSTRUÇÃO DE PROCESSOS DISCIPLINARES DA
FEDERAÇÃO ESQUESTRE PORTUGUESA*

11. A **Arguida** agiu livre, consciente e deliberadamente, com intenção de injuriar, intimidar e ameaçar a Arbitra a cavalo, cometendo o ilícito previsto no artigo 153º nº 1 do Código Penal, bem como violando o disposto nos artigos 1º nº 1 alínea d) do Regulamento de Disciplina.
12. Os factos apurados indiciam a prática de ilícitos punidos pela Lei Penal, bem como o desrespeito reiterado do Regulamento de Disciplina, aprovado pela Federação Equestre Portuguesa.

II – DEFESA

1. A **Arguida** apresentou resposta a nota de culpa, mediante envio de fax, datado de 30 de Março de 2010.
2. Em resumo, a **Arguida** invoca a nulidade do procedimento disciplinar, por inexistência do mesmo, bem como a sua caducidade, por terem sido ultrapassados os 30 dias, previstos no artigo 47º do Regulamento de Disciplina.
3. Acrescenta que a acusação é nula, por não ser precisa e concreta nos factos, em termos de modo, tempo e lugar, impossibilitando a **Arguida** de produzir a sua defesa.
4. Bem como, que está ferida de inconstitucionalidade material, por violação do artigo 21º nº 10 da Constituição da República Portuguesa.
5. A **Arguida** impugna a acusação referindo que sempre agiu com zelo, rigor e desportivismo.
6. Acrescenta que, não “*abalroou fosse quem fosse a cavalo*” e que a acusação não refere que termos foram desferidas as palavras da **Arguida** “*Mas o que é isto? Vais dar cartão? Dá lá, dá lá*”.
7. Para concluir, a **Arguida** requer o arquivamento do procedimento disciplinar e da respectiva acusação.

III – INSTRUÇÃO:

1. No dia 12 de Abril de 2010, foi enviada carta à **Arguida** a informar que deveria apresentar as suas testemunhas no dia 30 de Abril de 2010, pelas 18h00, no departamento de instrução de processos disciplinares.
2. As testemunhas não compareceram no dia apazado e a **Arguida** não contactou a instrutora do processo, para re-agendamento da diligência.

GABINETE DE INSTRUÇÃO DE PROCESSOS DISCIPLINARES DA
FEDERAÇÃO ESQUESTRE PORTUGUESA

IV - CONCLUSÃO:

1. A **Arguida** apresentou resposta a nota de culpa, mediante envio de fax, datado de 30 de Março de 2010.
2. A **Arguida** apresentou resposta a nota de culpa extemporaneamente, decorrido o prazo de 10 dias úteis, previsto para a apresentação de defesa.
3. Ainda assim, o Conselho de Disciplina decidiu apreciar o documento de defesa.
4. Em sede de resposta à nota de culpa, a **Arguida** excepciona a nulidade do processo disciplinar, porquanto, na pessoa dos seus ilustres mandatários, se dirigiu à sede da Federação Equestre Portuguesa e foi confrontada com a inexistência do procedimento disciplinar.
5. Ora, é falacioso invocar a inexistência do procedimento disciplinar, quando a **Arguida** sabe que o mesmo existe.
6. Sucede que, os ilustres mandatários da **Arguida**, não comunicaram à Federação Equestre Portuguesa que se iriam dirigir à sua sede para consulta do referido processo.
7. E os elementos referentes ao procedimento disciplinar encontravam-se no escritório dos membros de Conselho Disciplina.
8. Agendado um dia e hora, seriam disponibilizados todos os elementos do procedimento disciplinar aos ilustres mandatários da **Arguida**.
9. Pelo que, se a **Arguida** não consultou o procedimento disciplinar, foi porque não o quis fazer.
10. A **Arguida** acrescenta que, o presente processo disciplinar caducou, por força do artigo 47º do Regulamento de Disciplina da Federação Equestre Portuguesa.
11. O artigo 47º do Regulamento de Disciplina prevê no seu nº 1 *“O instrutor após recolher todos os elementos indispensáveis e desde que estes sejam devidamente esclarecedores quanto à sua definição, identificação do arguido e dos elementos típicos da infracção, bem como das circunstâncias em que a mesma decorreu, seu tempo e modo, deduzirá a respectiva acusação em forma articulada, juntando a ficha individual do arguido.*
E no nº 2 que *“ A instrução e acusação referidas no número anterior deverão ser feitas no prazo de 30 dias prorrogáveis por decisão do Conselho de Disciplina.”*
12. Porém, na sua reunião de 10 de Dezembro de 2009, o Conselho de Disciplina deliberou prorrogar o prazo de instrução do procedimento disciplinar para que fosse

*GABINETE DE INSTRUÇÃO DE PROCESSOS DISCIPLINARES DA
FEDERAÇÃO ESQUESTRE PORTUGUESA*

possível reunir todos os elementos necessários à elaboração da acusação, nomeadamente, para que fosse possível o envio da gravação do jogo em apreço nos presentes autos.

13. Atento o exposto, não caducou o direito da Federação Equestre Portuguesa a instaurar o presente procedimento disciplinar pelos factos descritos na nota de culpa.
14. A **Arguida** invoca, igualmente, que a acusação é nula por não ser precisa e concreta nos factos, em termos de modo, tempo e lugar, impossibilitando-a de produzir a sua defesa.
15. Bem como, que está ferida de inconstitucionalidade material, por violação do artigo 21º nº 10 da Constituição da República Portuguesa.
16. Tais alegações são falsas e desprovidas de sentido, pois a acusação descreve, com precisão, os factos ilícitos disciplinares pelos quais a **Arguida** vem acusada.
17. Do *supra* exposto, resultam provados os factos imputados à **Arguida** na nota de culpa.
18. No dia 20 de Junho de 2009, a **Arguida** participou no CN 15º Jornada, competição de horseball, organizada sob a jurisdição da Federação Equestre Portuguesa.
19. A competição de horseball decorreu no Centro Hípico Quinta da Beloura e participaram no jogo as Equipas da Quinta de Santo António e do Colégio Vasco da Gama.
20. Decorridos cerca de oito minutos da segunda parte do jogo, na sequência de um desentendimento relativamente à arbitragem, a **Arguida** dirigiu-se à árbitra Inês Filipa Santos proferindo as seguintes palavras em tom ameaçador: “*Mas o que é isto? Vais dar cartão? Dá lá, dá lá*”.
21. As palavras referidas no artigo antecedente foram proferidas pela **Arguida** com a sua cabeça encostada à cabeça da árbitra Inês Filipa Santos.
22. Na sequência deste comportamento, revelador de desobediência, ameaçador e intimidatório, a árbitra Inês Filipa Santos atribuiu um cartão amarelo à **Arguida**.
23. Subsequentemente, os demais jogadores da Equipa da Quinta de Santo António cercaram a árbitra e contestaram a aplicação do cartão amarelo à **Arguida**.
24. Sendo que, um dos cavaleiros da Equipa, Rui Vidinha Porto, se dirigiu à árbitra Inês Filipa Santos e a abalroou com o seu cavalo.

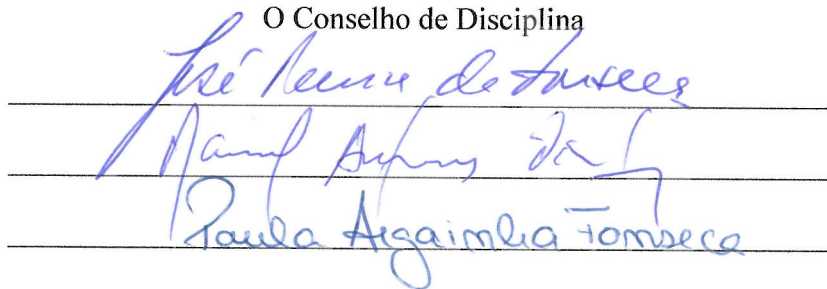
*GABINETE DE INSTRUÇÃO DE PROCESSOS DISCIPLINARES DA
FEDERAÇÃO ESQUESTRE PORTUGUESA*

25. Como consequência do comportamento referido no ponto antecedente, a árbitra atribuiu um cartão amarelo ao referido cavaleiro.
26. A **Arguida** e o cavaleiro Rui Vidinha Porto injuriaram e ameaçaram a árbitra e continuaram a abalroa-la com os seus cavalos, pelo que esta viu-se obrigada a aplicar o segundo cartão amarelo e a expulsar ambos do jogo.
27. Atento o exposto, a **Arguida** agiu livre, consciente e deliberadamente, bem sabendo que estava a cometer factos ilícitos típicos, previstos no artigo 153º nº 1 do Código Penal, bem como a violar o princípio previsto na alínea d) do artigo 1º nº 1 do Regulamento de Disciplina.
28. A **Arguida** não tem antecedentes disciplinares.
29. Assim, conclui-se que, os factos provados e imputados à **Arguida** na nota de culpa são susceptíveis de censura disciplinar, visto que violou o disposto na alínea d) do artigo 1º nº 1 do Regulamento de Disciplina, pelo que se decide aplicar a sanção disciplinar de suspensão do exercício da actividade desportiva, pelo período de 2 meses (artigos 8º nº 1 alínea f) e 12º nº 6 alínea a) do Regulamento de Disciplina.

O Conselho de Disciplina decide, igualmente, condenar a **Arguida** no pagamento de € 300,00 a título de custas de instrução dos presentes autos de processo disciplinar.

Lisboa, 24 de Junho de 2010

O Conselho de Disciplina


The first signature is 'José Manuel de Sousa', the second is 'Paulo António da Silva', and the third is 'Paula Argimela Fonseca'.